

Folha de S. Paulo

18/5/1984

A resposta de uma legião de excluídos

GALENO DE FREITAS

Da nossa equipe de reportagem

Sempre que ocorre um fato como o de Guariba, que emerge uma resposta a uma opressão secular através de atos de violência, o primeiro movimento dos donos do poder, não importa o nível, é encontrar um responsável pelas "ações coletivas irracionais" e no curso da história brasileira, com nomes cambiantes, a responsabilidade recai sempre em elementos "infiltrados".

O erro, voluntário, de percepção tem suas razões. Afinal, este País formado à sombra da sesmaria e crismado pelo latifúndio, em nível das classes dominantes, acostumou-se a auto-explicar a partir de preconceitos que inculcam sempre os de baixo. O nobre, o senhor ou dono do latifúndio nunca tem culpa pelas disfunções dos sistemas econômicos, e nem mesmo as crises mundiais servem de justificação para situações explosivas.

A legislação brasileira, principalmente aquela que regula as relações entre capital e trabalho, ignorou os necessários vínculos, por força do próprio capitalismo, que se estabelecem entre trabalhador rural e o dono da propriedade fundiária.

Nos idos da década de 1950 nasceu em Pernambuco uma entidade denominada Ligas Camponesas. Seu líder era o então advogado e deputado estadual Francisco Julião. Curiosamente a liga nasceu numa usina de açúcar, o Engenho Cananéia, e daí se espalhou pelo Nordeste, assustando os donos de latifúndios pela ousadia de camponeses reivindicarem direitos mínimos de cidadania como por exemplo um salário que não fosse aviltante.

O movimento de março de 64, neste contexto histórico, teve de apresentar sua proposta para a questão agrária. Um pouco antes, em 1963, o Congresso Nacional, a muito custo, aprovava o Estatuto do Trabalhador Rural. Ainda que insuficiente, este documento computava o trabalhador rural como parte da cidadania brasileira e lhe atribuía (ou reconhecia) alguns direitos. A proposta do movimento de 1964, em termos de diploma legal, emergiu sobre a forma do Estatuto da Terra (1967), que buscava intensificar as relações capitalistas no campo — reforçando algumas linhas gerais do Estatuto do Trabalhador Rural — e objetivava criar uma classe média rural — pequenos e médios proprietários — que seria a base política do regime no futuro.

Apesar de suas insuficiências, o Estatuto do Trabalhador Rural é um documento avançado em relação à mentalidade (ideologia) dominante no Brasil nos anos 60 e 70. E talvez até hoje, já que os setores mais reacionários das classes dominantes o culpam pela baixa produtividade agrícola (que besteira!) e pelo êxodo rural que transformou o Brasil num país predominante urbano.

O número de trabalhadores volantes em São Paulo e Paraná supera o de trabalhadores fixos ("de carteira assinada") nas fazendas. É a ausência da "carteira assinada" que provoca, em parte, esta agitação que teve seu exemplo maior na região de Ribeirão Preto. Além disso, a informação alcança hoje uma difusão maior do que a desejada pelo regime. Veja só que ironia: se para o governo interessa informar que a pauta da exportação será incrementada com a exportação de laranjas em função das geadas na Flórida (EUA), esta informação, amplamente divulgada pela tevê e jornais, será necessariamente o estopim de reivindicações de trabalhadores conscientes de que se o preço da laranja que colhem sobe, os preços do

trabalho também deve subir. Caso contrário, eles dispõem de uma arma terrível: cruzar o braço.

(Página 22 — GERAL)